

AMM: prefeituras mineiras irão parar nesta quarta (30/8) por aprovação de adicional de 1,5% ao FPM (PEC 25/2022)

Diante da queda na arrecadação e diminuição dos repasses constitucionais, assim como acontece em quase todos os estados brasileiros, a Associação Mineira de Municípios (AMM) convoca os 853 prefeitos de Minas Gerais para que promovam uma paralisação de alerta, nas prefeituras, no dia 30 de agosto, próxima quarta-feira.

O movimento municipalista clama pelo desenvolvimento dos municípios do País, buscando restabelecer os recursos essenciais para a manutenção dos serviços públicos e garantir atendimento eficaz à população. O foco do movimento é a aprovação da PEC 25/2022, do deputado Hildo Rocha (MDB-MA), que estabelece adicional de 1,5% ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), entregue no mês de março de cada ano, como forma de fazer frente à crescente pressão fiscal.

“O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), outros presidentes de associações estaduais e muitos prefeitos de Minas Gerais, juntos, chegamos à conclusão que temos que somar forças, para, no dia 30 de agosto, fazermos a paralisação das atividades nos nossos municípios e mandar um recado a Brasília: não dá para continuar como está”, destacou o presidente da AMM e prefeito de Coronel Fabriciano, Dr. Marcos Vinicius.

Ele explica que é imprescindível para o funcionamento das prefeituras que o governo federal entenda as demandas que vêm sendo apresentadas pelo movimento municipalista. “A paralisação serve para alertar nossos legisladores que os nossos municípios estão prejudicados. A nossa população começa a sofrer e demissões já estão acontecendo. Então, os nossos deputados e senadores precisam tomar uma providência, urgentemente”, afirma Dr. Marcos em vídeo enviado aos prefeitos nesta segunda-feira (28/8).

“Nosso principal foco é a aprovação imediata da PEC 25/2022, estabelecendo o adicional de 1,5% ao FPM”, finaliza o presidente da AMM.

Paralisação

A AMM recomenda que, caso a administração municipal decida fazer a paralisação, seja elaborado um decreto legislativo, estabelecendo o ponto facultativo na administração pública, sem interromper os serviços essenciais.

Além disso, é recomendável criar material informativo, conceder entrevistas à imprensa e fazer postagens oficiais que expliquem os motivos subjacentes à paralisação, de forma a envolver a população e a sensibilizar todos sobre a importância dessa mobilização em prol dos direitos municipalistas e da população.

**Belo Horizonte, 28 de agosto de 2023.
Associação Mineira de Municípios**

Somos 853. Somos Minas Gerais. E, juntos, somos muito mais!